



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 2259

PROCESSO

Nº 13.639/2006

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença Ambiental Prévia, com base no Parecer Técnico nº 031/13/IPSR para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: EMPRESA BRAGANTINA DE VARRIÇÃO E COLETA DE LIXO LTDA - EMBRALIXO

CNPJ: 45.522.895/0001-27

LOGRADOURO: AVENIDA DOS IMIGRANTES, 6376

BAIRRO: UBERABA

MUNICÍPIO: BRAGANÇA PAULISTA

CEP: 12926-210

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO EM REGIME DE CODISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DOMICILIARES E INDUSTRIAIS NÃO PERIGOSOS (CLASSE II)

LOGRADOURO: ESTRADA MUNICIPAL CAMPO NOVO, S/Nº - BAIRRO CAMPO NOVO

MUNICÍPIO(S): BRAGANÇA PAULISTA

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: AMPLIAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO EM REGIME DE CODISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DOMICILIARES E INDUSTRIAIS NÃO PERIGOSOS (CLASSE II), COM CAPACIDADE DE RECEBIMENTO DE 180 T/DIA DE RESÍDUOS, CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 702.750,2 M³ E VIDA ÚTIL ESTIMADA EM 10 ANOS.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 1 (UM) anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 5 (CINCO) anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 03/07/13

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA - Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fl. 01/04

PROCESSO

Nº 13.639/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N° 2259

Para a continuidade do licenciamento ambiental o empreendedor deverá apresentar para análise e aprovação da CETESB o cumprimento das seguintes exigências:

1 Por ocasião da solicitação da Licença de Instalação

1.1 - Apresentar Programa de Comunicação Social revisado, contemplando, no mínimo: proposta para a realização de cursos de capacitação técnica, informações sobre as medidas de mitigação dos impactos adotadas e o andamento de todos os Planos e Programas ambientais em desenvolvimento.

1.2 - Apresentar cópia do Instrumento Particular de Contrato de Locação com os proprietários da área do empreendimento, devidamente atualizado.

1.3 - Apresentar o andamento do atendimento do TCRA n° 14/03 RCP, sem prejuízo de eventuais solicitações de informações e exigências julgadas pertinentes por parte da Agência quanto ao atendimento do referido TCRA.

1.4 - Apresentar, no âmbito do projeto executivo da ampliação do Aterro, ensaios geotécnicos que provem a adequabilidade do solo para os fins a que se destinam.

1.5 - Apresentar, no âmbito do projeto executivo da ampliação do Aterro, revisão do balanço volumétrico de solo com indicação de potenciais áreas de empréstimo de solo devidamente licenciadas.

1.6 - Apresentar para análise e aprovação o detalhamento do Programa de Controle Ambiental das Obras, incluindo o Programa de Recomposição Vegetal, contemplando: as medidas mitigadoras e de controle apropriadas, a indicação dos responsáveis pela sua implementação e suas atribuições gerenciais, além do cronograma de implementação e os registros fotográficos e descritivo das atividades realizadas.

1.7 - Apresentar para análise e aprovação no âmbito do projeto executivo da ampliação do Aterro, os projetos específicos de drenagem e terraplenagem (contendo os elementos constituintes e a localização em planta), barreiras físicas, além do detalhamento da operação do empreendimento e das possíveis interferências com o maciço de resíduos existente.

1.8 - Apresentar para análise e aprovação, proposta detalhada de melhorias na Estrada Municipal do Bairro do Campo Novo, a serem definidas em conjunto com a Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, autoridade com jurisdição sobre a via.

1.9 - Apresentar para análise e aprovação um Programa de Minimização de Riscos de Acidentes e de Segurança no Trânsito detalhado a ser implementado durante a operação do empreendimento, contemplando além das medidas propostas: treinamento dos motoristas quanto à direção defensiva e o atendimento das normas de trânsito vigentes para o deslocamento nas vias externas e internas ao empreendimento; sinalizações dos acessos à obra. Tal Programa deverá contemplar a indicação da periodicidade de emissão de relatórios fotográficos e descritivos de andamento, definição de indicadores de efetividade, devendo ser elaborado por profissional habilitado, no âmbito de suas atribuições profissionais.

1.10 - Apresentar no âmbito do projeto executivo da ampliação do Aterro, o detalhamento dos sistemas de impermeabilização inferior, considerando a camada de impermeabilização composta, no mínimo, por 0,60 m de solo compactado com coeficiente de permeabilidade da ordem de $1,0 \times 10^{-6}$ cm/s sobreposta pela geomembrana de Polietileno de Alta Densidade - PEAD de 2,0 mm de espessura, de drenagem de líquidos percolados, biogás e águas superficiais, contemplando, ainda, o plano de avanço da implantação (fases de implantação) do empreendimento. O Projeto Executivo deverá ser elaborado em conformidade com as normas NBR 8419:1992 - Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos - Procedimento e NBR 13896:1997 - Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e operação - Procedimento, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

1.11 - Verificar, no âmbito do projeto executivo de ampliação do Aterro, se a infraestrutura existente será suficiente para atender a demanda requerida.

1.12 - Apresentar relatório consolidado e interpretado contendo os resultados analíticos obtidos no monitoramento das águas subterrâneas do Aterro em operação, bem como as ações necessárias à gestão da área contaminada, caso pertinente.

.../...





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fl. 02/04

PROCESSO

Nº 13.639/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N° 2259

1.13 - Apresentar, para análise e aprovação, Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas, a ser implementado durante a operação e após o encerramento do empreendimento. Tal Programa deverá contemplar as áreas do Aterro em operação e ampliação com identificação da supressão e/ou implantação de novos Poços de Monitoramento, bem como, indicação em planta planialtimétrica, da localização dos poços de monitoramento georreferenciados e seus perfis construtivos.

1.14 - Apresentar carta de anuência da Concessionária responsável pelo recebimento e tratamento dos líquidos percolados, considerando o incremento nas vazões desses líquidos associado à ampliação do empreendimento.

1.15 - Apresentar, para análise e aprovação, um Programa detalhado de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais a ser implementado durante a operação e após o encerramento do empreendimento. Tal Programa deverá contemplar a indicação em planta planialtimétrica da localização dos pontos de coleta e os corpos hídricos propostos.

1.16 - Apresentar diretamente ao Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - CHB PCJ, as informações solicitadas nos itens de nº 1 e 3 do Parecer Técnico GT - Empreendimentos nº 02/2009.

1.17 - Apresentar, no âmbito do projeto executivo da ampliação do Aterro, os ensaios geotécnicos para caracterização da área com determinação dos parâmetros do solo e a permeabilidade in situ.

1.18 - Apresentar, no âmbito do projeto executivo da ampliação do Aterro, estudo geotécnico dos solos que apresentam consistências mole a muito mole, considerando a extensão de sua ocorrência, a viabilidade de se utilizar os matacões existentes para o fim proposto e a proposta da implantação do aterro de regularização. Para elaboração do referido projeto, deverão ser observadas as diretrizes referentes às condições hidrogeológicas estabelecidas na NBR 13896:1997 - Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e operação - Procedimento, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

1.19 - Apresentar, para análise e aprovação, o Programa detalhado de Monitoramento Geotécnico da ampliação do Aterro, contemplando: inspeções visuais periódicas e sistemáticas, a localização dos instrumentos em planta planialtimétrica; os valores de alerta em função dos deslocamentos e níveis piezométricos/pressão de gás; as medidas preventivas, mitigadoras e de controle a serem adotadas para cada etapa do projeto; os responsáveis pela implantação e suas atribuições gerenciais; as formas de monitoramento e controle; as formas de registro, e o cronograma de implementação. Prever, ainda, neste Programa a emissão de relatórios mensais e envio de relatórios anuais consolidados à CETESB.

1.20 - Apresentar diretamente ao Quarto Comando Aéreo Regional - IV COMAR do Ministério da Defesa compromisso formal de que serão empregadas práticas que impossibilitem que o empreendimento venha a tornar-se foco atrativo de aves, em atendimento ao Ofício nº 4727/SCA/46891 de 25.09.12.

1.21 - Apresentar para análise e aprovação um Programa detalhado de Monitoramento e Controle de Avifauna, a ser implementado durante o período de operação do empreendimento. Tal programa deverá contemplar o seguinte conteúdo e organização: Objetivos; Justificativa das espécies selecionadas para o monitoramento; Localização dos pontos de coleta de dados plotados em mapa (cartografia oficial, imagem de satélite ou foto aérea) com escala compatível; Metodologia; Esforço amostral; Diagnóstico da avifauna (branco de campo); Periodicidade semestral das campanhas; Resultados obtidos; Medidas preventivas; Identificação de não conformidades; Medidas corretivas; Conclusão e recomendações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável pela elaboração e implementação do Programa.

1.22 - Apresentar para análise e aprovação, um Programa detalhado de Controle de Reservatórios e Vetores, a ser implementado durante a operação do empreendimento. Tal Programa deverá ser elaborado por profissional devidamente habilitado e abordar no mínimo: medidas preventivas, de controle e de eliminação; responsáveis pela implementação do Programa e suas atribuições gerenciais; formas de monitoramento; formas de registro e emissão de relatórios periódicos e cronograma de implementação.

.../...



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fl. 03/04

PROCESSO

Nº 13.639/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N.º 2259

2 - Antes da emissão da Licença de Instalação

2.1 - Apresentar o comprovante de pagamento no valor referente à compensação ambiental definida na Memória de Cálculo e aprovado pelo empreendedor, para atendimento à Lei Federal nº 9.985/2000 regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/2002 e alterada pelo Decreto Federal nº 6.848/2009.

3 - Durante a instalação do empreendimento

3.1 - Disponibilizar na área do empreendimento os relatórios do Programa de Controle Ambiental das Obras.

4 - Por ocasião da solicitação da Licença de Operação

4.1 - Apresentar um balanço das ações realizadas no âmbito do Programa de Comunicação Social durante a implantação do empreendimento.

4.2 - Apresentar relatório do Programa de Controle Ambiental das Obras, contendo a comprovação da completa recuperação das áreas afetadas pelas obras na fase de instalação do empreendimento.

4.3 - Comprovar a implementação das melhorias na Estrada Municipal do Bairro do Campo Novo.

4.4 - Apresentar um relatório consolidado das ações realizadas no âmbito do Programa de Minimização de Riscos de Acidentes e de Segurança no Trânsito.

4.5 - Demonstrar o atendimento do Ofício nº 4727/SCA/46891 junto ao Quarto Comando Aéreo Regional – IV COMAR do Ministério da Defesa.

4.6 - Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento objeto do presente licenciamento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à Compensação Ambiental.

5 - Durante a operação do empreendimento

5.1 - Adotar medidas que visem impedir o acesso de animais ao interior do empreendimento, caso o cercamento da área e a implantação de cortina vegetal não sejam suficientes. Se verificada a presença de cães ou mesmo de gatos vadios nas imediações, a municipalidade deverá ser notificada para providências.

5.2 - Disponibilizar na área do empreendimento os relatórios trimestrais do Monitoramento das Águas Subterrâneas com a tabulação e interpretação dos resultados analíticos obtidos. Os relatórios deverão avaliar a efetividade das medidas de controle adotadas durante a operação do Aterro, indicando eventuais melhorias.

5.3 - Apresentar anualmente relatório consolidado e interpretado dos relatórios trimestrais do Monitoramento das Águas Subterrâneas. Os relatórios deverão avaliar a efetividade das medidas de controle adotadas durante a operação do Aterro, indicando eventuais melhorias.

5.4 - Disponibilizar na área do empreendimento os relatórios trimestrais do Monitoramento das Águas Superficiais com a tabulação e interpretação dos resultados analíticos obtidos. Os relatórios deverão avaliar a efetividade das medidas de controle adotadas durante a operação do Aterro, indicando eventuais melhorias.

5.5 - Apresentar anualmente relatório consolidado e interpretado dos relatórios trimestrais do Monitoramento das Águas Superficiais. Os relatórios deverão avaliar a efetividade das medidas de controle adotadas durante a operação do Aterro, indicando eventuais melhorias.

.../...



FL 04/04

PROCESSO

Nº 13.639/2006

5.6 - Disponibilizar na área do empreendimento os relatórios mensais do Monitoramento Geotécnico do Aterro.

5.8 - Apresentar o primeiro Relatório anual fotográfico e descritivo do Programa de Monitoramento e Controle de Avifauna, aprovado na fase da LI.

6 - Por ocasião da renovação da Licença de Operação

6.1 - Apresentar um balanço das ações realizadas no âmbito do Programa de Comunicação Social durante a operação do empreendimento.

6.2 - Apresentar Relatório consolidado das ações realizadas no âmbito do Programa de Controle de Reservatórios e Vetores durante a operação do empreendimento.

7. Antes do encerramento

7.1 - Apresentar, para análise e manifestação, um Plano de Encerramento do empreendimento, contemplando o detalhamento das medidas a serem adotadas para a proteção da área e da continuidade da manutenção e monitoramento dos sistemas de proteção ambiental a serem instalados, além de proposta detalhada de uso futuro.

8 - Após o encerramento do empreendimento

8.1 - Apresentar anualmente relatório consolidado e interpretado dos relatórios trimestrais do Monitoramento das Águas Subterrâneas. Os relatórios deverão avaliar a efetividade das medidas de controle adotadas durante a operação do Aterro, indicando eventuais melhorias.

8.2 - Apresentar anualmente relatório consolidado e interpretado dos relatórios trimestrais do Monitoramento das Águas Superficiais. Os relatórios deverão avaliar a efetividade das medidas de controle adotadas durante e após o encerramento do Aterro, indicando eventuais melhorias.

8.3 - Apresentar anualmente relatório consolidado e interpretado dos relatórios mensais do Monitoramento Geotécnico do Aterro. O relatório deverá avaliar a efetividade das medidas de estabilidade geotécnica adotadas durante a operação do Aterro.